

O coeficiente técnico da produção gaúcha no contexto brasileiro

Analisando os coeficientes técnicos (CT) — razão entre o consumo intermediário (CI) e o Valor Bruto da Produção (VBP) — de estados e atividades selecionados, observa-se que, em 2008, o CT do RS foi o segundo maior do País (0,57), acima do brasileiro (0,51) e de outros importantes estados, como SP (0,54) e PR (0,56). Isso significa que, para um mesmo valor de produção, a economia gaúcha consome mais bens intermediários. De 2002 a 2008, o coeficiente do RS cresceu 7,2%, contra 3,1% do Brasil, sendo o CT do Estado, no mínimo, o terceiro maior em todos os anos.

O elevado CT gaúcho decorre, por um lado, da importância que a indústria de transformação tem na estrutura produtiva do Estado e, por outro, de essa indústria apresentar um

CI proporcionalmente maior do que em outras unidades da Federação. Como resultado, em 2008, 60,1% do CT do RS veio da indústria de transformação. Isso se deve à presença significativa (22,4% do seu VBP em 2008) de duas atividades cuja tecnologia é altamente demandante de insumos: refino de petróleo (0,98) e química (0,92).

Como o Valor Agregado (VA) é a diferença entre a produção (VBP) e os insumos (CI), o alto CT gaúcho implica que um estado com o mesmo VBP que o do RS, mas com menor CT, tenha uma maior participação no VA brasileiro. Porém, é importante lembrar que, sem o refino de petróleo e a química, o CT gaúcho seria menor, mas ao custo de um VA também menor.

Coeficiente técnico (CI/VBP), por atividades, em estados selecionados — 2008

ATIVIDADES	RS	SP	RJ	MG	PR	BA	BRASIL
VA total	0,57	0,54	0,47	0,51	0,56	0,54	0,51
Agropecuária	0,45	0,66	0,40	0,35	0,56	0,34	0,45
Indústria	0,76	0,71	0,61	0,68	0,76	0,74	0,70
Serviços	0,37	0,38	0,35	0,34	0,35	0,35	0,36
Indústria de transformação	0,80	0,75	0,73	0,75	0,81	0,83	0,76
Indústria de transformação no CI/VBP total (1) (%)	60,1	56,1	30,5	55,1	58,2	56,0	50,1

FONTE: IBGE/Contas Regionais.

(1) Mede o quanto da relação CI/VBP total do Estado é devido à indústria de transformação.

Rodrigo de Sá (FEE/CIE)

O canal do crédito e o poder da política monetária

Pode-se definir o poder da política monetária como o grau de influência que uma alteração na taxa básica de juros tem sobre a atividade econômica e, conseqüentemente, sobre a inflação.

No período recente, dois elementos importantes podem ter alterado a relevância do mercado de crédito como mecanismo de transmissão da política monetária. O primeiro é a evolução dos volumes de empréstimos (recursos livres mais direcionados) na economia brasileira, nos últimos anos. É de se esperar que a importância do canal de crédito seja maior, à medida que continue o processo de aprofundamento financeiro da economia. O segundo elemento são as operações de

crédito direcionado em geral — e as do BNDES em particular —, que saltaram, segundo o Banco Central, de 9,8% do PIB em dezembro de 2004 para 16,1% em fevereiro de 2011.

Especificamente, a expansão das operações de crédito direcionado, as quais não são feitas a taxas de mercado, diminuem a importância do canal de crédito como mecanismo de transmissão da política monetária. Isso faz com que a taxa de juros Selic afete menos o nível de atividade da economia, tornando o esforço do Bacen para reduzir a inflação ainda maior, como, por exemplo, reduzir o parcelamento das vendas a prazo e aumentar o depósito compulsório sobre os depósitos à vista.

Evolução da participação do crédito, em relação ao PIB, no Brasil — dez./2004-10 e fev./11

DISCRIMINAÇÃO	DEZ/04	DEZ/05	DEZ/06	DEZ/07	DEZ/08	DEZ/09	DEZ/10	FEV/11
Total/PIB	26,2	31,3	34,3	34,7	41,3	45,0	46,4	46,5
Recursos livres/PIB	14,7	20,8	23,3	24,5	29,3	30,4	30,4	30,4
Recursos direcionados/PIB	9,8	10,5	11,0	10,2	12,0	14,6	16,0	16,1

FONTE: Bacen.

Edison Marques Moreira (FEE/CEES)



Tenha acesso a esta e a outras
publicações em
nossa Home Page
www.fee.rs.gov.br

**Carta
de
Conjuntura FEE**

ECONOMIA BRASILEIRA

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./00-mar./11

MESES E ANOS	TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DO PIB (1) (IBGE)	TAXA DE INVESTIMENTO (2) (% do PIB) (IBGE)	TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO ABERTO (3) (% da PEA) (IBGE)	TAXAS ANUAIS DE VARIAÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS (4) (IPCA/IBGE)	TAXAS BÁSICAS DE JUROS AO ANO (%) (Bacen)	TAXA EFETIVA DE CÂMBIO (5) (Bacen)		SALÁRIOS REAIS NA INDÚSTRIA (IBGE)		BASE MONETÁRIA (saldo em R\$ milhões correntes) (Bacen)
						Índice (base fixa jun./1994 = 100)	Taxa de Variação (7)	Índice (base jan./01 = 100)	Taxa de Variação (8)	
Dez./00	4,3	15,6	-	6,0	16,50	100,8	-8,1	128,3	0,2	46 304
Dez./01	1,3	15,6	10,6	7,7	19,00	117,0	24,1	130,7	25,7	52 846
Dez./02	2,7	16,2	10,5	12,5	22,00	158,0	10,5	122,4	20,3	69 901
Dez./03	1,1	14,9	10,9	9,3	17,50	133,8	3,6	126,4	21,9	70 802
Dez./04	5,7	15,5	9,6	7,6	17,25	127,4	-1,6	134,4	24,8	87 344
Dez./05	3,2	15,2	8,3	5,7	18,50	101,2	-18,5	135,5	21,3	98 306
Dez./06	4,0	15,8	8,4	3,1	13,25	99,9	-10,6	135,1	19,7	118 304
Dez./07	6,1	17,6	7,4	4,5	11,25	87,2	-7,2	141,0	21,8	143 642
Dez./08	5,2	18,4	6,8	5,9	13,75	106,4	-3,6	148,2	23,1	145 742
Mar./09	2,9	16,3	9,0	5,6	11,25	97,5	2,9	111,2	-2,9	132 168
Abr./09	-	-	8,9	5,5	10,25	95,1	4,6	110,2	-0,9	132 422
Mai/09	-	-	8,8	5,2	10,25	89,7	6,1	114,8	4,2	134 772
Jun./09	0,5	16,2	8,1	4,8	9,25	87,1	7,5	112,3	-2,2	136 247
Jul./09	-	-	8,0	4,5	8,75	85,7	8,9	113,4	1,0	138 421
Ago./09	-	-	8,1	4,4	8,75	82,3	10,4	110,5	-2,6	138 717
Set./09	-1,7	17,9	7,7	4,3	8,75	81,7	10,3	110,3	-0,2	145 138
Out./09	-	-	7,5	4,2	8,75	78,8	6,8	111,2	0,8	145 571
Nov./09	-	-	7,4	4,2	8,75	78,7	3,4	122,7	10,3	148 649
Dez./09	-0,6	17,3	6,8	4,3	8,75	78,8	-1,1	145,3	18,2	167 400
Jan./10	-	-	7,2	4,6	8,75	79,2	-4,2	117,4	-19,2	165 388
Fev./10	-	-	7,4	4,8	8,75	80,5	-7,0	116,4	-0,9	161 879
Mar./10	2,2	18,2	7,6	5,2	8,75	77,9	-9,7	114,8	-1,4	158 721
Abr./10	-	-	7,3	5,3	9,50	76,6	-12,1	112,8	-1,7	160 329
Mai/10	-	-	7,5	5,2	9,50	76,6	-13,7	114,5	1,5	159 897
Jun./10	5,3	18,2	7,0	4,8	10,25	75,5	-15,2	116,1	1,4	162 051
Jul./10	-	-	6,9	4,6	10,75	75,4	-16,4	120,0	3,4	166 374
Ago./10	-	-	6,7	4,5	10,75	76,1	-17,2	114,6	-4,5	168 625
Set./10	7,5	19,4	6,2	4,7	10,75	74,4	-17,4	115,3	0,6	172 969
Out./10	-	-	6,1	5,2	10,75	74,1	-16,2	117,5	1,9	176 942
Nov./10	-	-	5,7	5,6	10,75	74,6	-14,9	128,1	9,0	177 834
Dez./10	7,5	18,0	5,3	5,9	10,75	72,6	-13,3	149,6	16,8	197 388
Jan./11	-	-	6,1	6,0	11,25	72,7	-12,2	122,6	-18,0	192 047
Fev./11	-	-	6,4	6,0	11,25	72,9	-11,4	120,7	-1,5	183 877
Mar./11	-	-	6,5	6,3	11,75	73,1	-10,1	-	-	-

(continua)

MESES E ANOS	NECESSIDADES PRIMÁRIAS DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (6) (% do PIB) (Bacen)	DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL DO SETOR PÚBLICO (% do PIB) (Bacen)	INDÚSTRIA				SETOR EXTERNO						
			Índice da Produção Física (base 2002 = 100) (IBGE)	Taxas de Crescimento (IBGE)		Utilização da Capacidade Instalada (%) (IBRE) (9)	Taxas de Crescimento (Secex)		% do PIB (Bacen)			Reservas Externas (conceito de liquidez internacional) (US\$ milhões) (Bacen)	Dívida Externa Total (US\$ milhões correntes)
				Produção física (7)	Produtividade física da indústria (8)		Exportações (7)	Importações (7)	Transações correntes (6)	Investimentos diretos (6)	Transações correntes não cobertas por investimentos diretos (6)		
Dez./00	-3,56	48,8	92,66	6,6	-	82,7	14,7	13,8	-3,76	5,08	-1,33	33 011	236 156
Dez./01	-3,67	52,6	86,69	1,6	-10,7	80,2	5,7	0,1	-4,19	4,06	0,14	35 866	226 067
Dez./02	-3,96	55,5	93,75	2,7	-9,9	80,9	3,7	-15,4	-1,51	3,29	-1,78	37 823	227 689
Dez./03	-4,37	57,2	98,23	0,4	-6,9	81,9	21,1	2,3	0,75	1,83	-2,59	49 296	235 414
Dez./04	-4,59	51,7	106,41	8,3	-6,6	84,4	32,0	30,0	1,76	2,73	-4,49	52 935	220 182
Dez./05	-4,83	46,5	109,34	3,1	-5,1	83,7	22,6	17,2	1,58	1,71	-3,29	53 799	187 987
Dez./06	-3,88	44,0	109,65	2,8	-8,1	84,4	16,2	24,1	1,27	1,76	-3,03	85 839	199 372
Dez./07	-3,97	42,8	116,58	6,0	-8,4	86,7	16,8	32,1	0,11	2,53	-2,64	180 334	240 495
Dez./08	-3,68	38,5	99,40	3,1	-15,3	80,6	23,2	43,5	-1,71	2,73	-1,02	193 783	262 910
Mar./09	-2,83	40,6	111,07	-1,9	15,0	77,1	15,2	26,0	-1,48	2,70	-1,22	190 388	259 926
Abr./09	-2,55	41,4	106,45	-3,9	-3,9	77,6	13,0	19,5	-1,31	2,74	-1,42	190 546	262 113
Mai./09	-2,29	42,6	114,15	-5,0	6,4	78,7	5,1	10,7	-1,40	2,86	-1,46	195 264	264 694
Jun./09	-1,96	43,3	115,42	-6,5	1,4	79,0	-0,5	1,7	-1,27	2,81	-1,54	201 467	270 107
Jul./09	-1,70	44,0	122,93	-8,1	6,0	79,8	-7,3	-6,4	-1,23	2,68	-1,45	207 363	270 107
Ago./09	-1,54	44,0	125,56	-8,8	1,6	81,6	-12,7	-14,0	-1,21	2,48	-1,27	215 744	277 205
Set./09	-1,13	43,5	125,89	-10,2	-0,9	82,8	-18,5	-20,2	-1,17	2,14	-0,97	221 629	282 107
Out./09	-0,97	43,4	134,02	-10,6	4,6	83,7	-21,9	-25,2	-1,27	1,95	-0,69	231 123	278 426
Nov./09	-1,41	43,1	128,60	-9,7	-4,0	84,5	-23,2	-26,3	-1,39	1,87	-0,48	236 660	283 644
Dez./09	-2,05	42,8	118,28	-7,4	-5,9	84,2	-22,7	-26,2	-1,52	1,62	-0,10	238 520	277 563
Jan./10	-2,31	41,6	113,77	-5,0	-2,4	82,1	-20,5	-24,7	-1,52	1,48	0,05	240 484	279 083
Fev./10	-2,20	42,1	112,24	-2,6	-0,9	83,1	-17,8	-20,4	-1,61	1,47	0,14	241 082	281 728
Mar./10	-1,92	42,0	133,47	-0,3	14,5	83,5	-15,4	-16,6	-1,73	1,44	0,29	243 762	293 005
Abr./10	-2,14	41,8	124,86	2,3	-6,7	84,5	-13,1	-11,5	-1,91	1,32	0,59	247 292	290 690
Mai./10	-2,16	41,4	131,03	4,5	3,0	84,6	-6,5	-5,0	-1,87	1,34	0,53	249 846	299 291
Jun./10	-2,06	41,1	128,13	6,5	-2,0	85,1	-2,8	2,1	-2,05	1,27	0,78	253 114	309 566
Jul./10	-2,01	41,4	133,64	8,3	3,9	85,0	2,8	9,8	-2,15	1,31	0,84	257 299	316 688
Ago./10	-1,98	41,8	136,37	9,8	0,9	85,4	9,8	19,5	-2,23	1,32	0,91	261 320	318 613
Set./10	-2,90	40,3	134,29	11,2	-1,7	85,9	17,1	27,7	-2,29	1,49	0,81	275 206	333 199
Out./10	-2,75	40,0	136,57	11,8	0,9	86,4	23,3	35,1	-2,32	1,73	0,59	284 930	343 784
Nov./10	-2,49	39,8	135,48	11,8	-0,4	86,1	28,3	40,5	-2,38	1,83	0,56	285 461	338 155
Dez./10	-2,77	40,2	121,23	10,4	-8,3	85,3	32,0	42,2	-2,27	2,32	-0,05	288 575	351 941
Jan./11	-2,80	39,8	116,46	9,4	-1,9	83,1	33,2	43,5	-2,33	2,41	-0,08	297 696	357 174
Fev./11	-2,89	39,9	119,96	8,6	3,2	83,7	33,9	42,0	-2,32	2,62	-0,30	307 516	369 816
Mar./11	-	-	-	-	-	83,5	32,8	38,8	-2,33	2,81	-0,48	317 146	381 288

FONTE: IPEA. IBGE. Bacen. DIEESE. FGV. IBRE. Macrométrica.

(1) Variação percentual acumulada em quatro trimestres. (2) Taxa de investimento acumulada em quatro trimestres. Quociente entre a Formação Bruta de Capital Fixo e o PIB, ambos a preços correntes. (3) Pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho. (4) Variação percentual em relação ao mesmo mês do ano anterior. (5) R\$/cesta de 15 moedas: EUA, Japão, Argentina, China, Países Baixos, Alemanha, México, Itália, Chile, Rússia, Reino Unido, França, Bélgica, Espanha, Coreia do Sul. (6) Valor dos últimos 12 meses. (7) Variação percentual acumulada em 12 meses. (8) Variação percentual em relação ao mês anterior. (9) Taxa mensal.

Carta de Conjuntura - Ano 20 nº 5

ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — nov./08-mar./11

MESES E ANOS	PIB (1)	PRODUÇÃO FÍSICA NA INDÚSTRIA			ICMS (R\$ milhões)				ÍNDICES DE PREÇOS (2)	
		Base Fixa (5)	Mês (6)	Acumulado no Ano (7)	Industrial	Comércio Atacadista	Comércio Varejista	Total	IPC (IEPE)	IPCA POA (IBGE)
Nov./08	-	99,17	89,85	103,96	538,0	482,3	136,3	1 328,3	98,00	98,19
Dez./08	2,7	81,68	82,90	102,35	508,2	368,8	131,1	1 165,8	98,18	98,33
Jan./09	-	81,61	79,33	79,33	651,5	304,8	194,6	1 314,0	98,69	98,57
Fev./09	-	84,17	79,51	79,42	531,3	264,6	129,3	1 084,4	99,27	98,95
Mar./09	-	101,90	90,02	83,15	513,9	276,8	132,5	1 081,7	99,61	99,10
Abr./09	-	104,50	86,42	84,04	666,3	303,1	119,0	1 246,4	100,00	100,00
Mai./09	-	105,32	91,89	85,66	631,7	284,8	137,8	1 214,6	100,44	100,65
Jun./09	-	104,70	90,50	86,49	554,0	287,5	156,6	1 156,8	100,86	100,78
Jul./09	-	110,02	92,35	87,37	552,8	283,0	149,5	1 139,1	100,83	100,90
Ago./09	-	108,30	94,28	88,25	585,2	295,7	148,0	1 182,5	100,51	100,93
Set./09	-	105,30	90,67	88,52	588,3	293,8	156,1	1 200,3	100,86	101,19
Out./09	-	111,67	94,33	89,12	638,2	300,7	129,5	1 232,1	101,90	101,34
Nov./09	-	108,03	108,93	90,71	710,8	319,9	142,4	1 326,3	101,58	101,94
Dez./09	-0,8	102,25	125,18	92,84	686,4	323,5	133,2	1 353,5	101,06	101,97
Jan./10	-	97,73	119,76	119,76	770,3	356,8	185,6	1 487,6	101,58	102,54
Fev./10	-	93,33	110,88	115,25	598,5	269,2	118,0	1 096,3	102,41	103,29
Mar./10	-	118,41	116,20	115,61	616,6	381,7	138,3	1 359,6	103,62	104,12
Abr./10	-	113,56	108,67	113,66	810,1	379,8	135,2	1 477,6	104,28	104,70
Mai./10	-	111,69	106,05	111,98	747,1	350,0	145,1	1 396,1	104,57	104,77
Jun./10	-	112,72	107,65	111,20	681,1	333,8	158,7	1 343,4	104,29	104,61
Jul./10	-	119,62	108,72	110,81	713,3	350,0	157,4	1 388,5	104,78	104,80
Ago./10	-	114,10	105,35	110,07	759,8	366,9	172,6	1 515,7	104,96	105,05
Set./10	-	105,27	99,97	108,90	753,9	358,8	163,4	1 457,5	105,19	105,25
Out./10	-	107,90	96,62	107,55	760,8	355,9	147,5	1 423,4	105,99	105,91
Nov./10	-	116,10	107,47	107,54	786,6	398,5	153,6	1 508,2	106,49	106,61
Dez./10	7,8	101,72	99,48	106,87	877,8	339,2	156,4	1 551,1	107,04	107,21
Jan./11	-	94,28	96,47	96,47	838,2	363,0	229,9	1 611,1	107,80	107,71
Fev./11	-	100,68	107,87	102,04	688,7	368,5	149,9	1 378,3	108,71	108,61
Mar./11	-	-	-	-	714,7	371,2	135,0	1 397,4	109,65	109,42

(continua)

ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — nov./08-mar./11

MESES E ANOS	SALDO DE ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS COM CARTEIRA	DESEMPREGO NA RMPA		RENDIMENTOS NA RMPA (3)		CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (4) (mwh)		EXPORTAÇÕES VALOR (1 000 US\$ FOB)
		Taxa de Desemprego		Ocupados (8)	Assalariados (9)	Industrial	Total	
		Aberto	Total					
Nov./08	8 036	7,7	10,2	1 302	1 309	545 726	1 702 679	1 120 830
Dez./08	-27 678	7,4	9,8	1 283	1 279	504 271	1 821 798	1 211 405
Jan./09	2 798	7,6	10,0	1 295	1 277	370 254	1 838 172	704 515
Fev./09	747	7,8	10,4	1 318	1 302	451 763	1 869 565	876 189
Mar./09	4 734	9,0	11,7	1 327	1 326	484 699	1 925 556	883 952
Abr./09	2 935	9,7	12,1	1 308	1 323	518 975	1 878 610	1 057 070
Mai/09	-4 076	10,1	12,6	1 286	1 299	516 215	1 733 588	1 302 929
Jun./09	-1 394	9,5	12,0	1 312	1 300	521 982	1 691 489	1 879 368
Jul./09	- 481	9,2	12,0	1 327	1 319	523 211	1 715 453	1 506 217
Ago./09	10 983	8,8	11,6	1 336	1 313	535 211	1 732 263	1 423 938
Set./09	14 385	8,4	11,3	1 322	1 318	537 056	1 706 000	1 405 196
Out./09	19 596	8,1	10,4	1 352	1 338	545 937	1 709 505	1 432 869
Nov./09	25 723	7,9	10,0	1 324	1 319	531 690	1 751 336	932 123
Dez./09	-11 724	7,4	9,4	1 338	1 343	563 694	1 877 984	1 831 696
Jan./10	18 877	7,3	9,7	1 309	1 306	461 302	1 959 713	838 307
Fev./10	19 718	7,3	9,6	1 345	1 329	538 312	2 034 351	875 005
Mar./10	28 254	7,7	9,8	1 353	1 324	569 857	2 089 614	1 013 270
Abr./10	20 429	7,8	9,6	1 350	1 323	582 585	1 963 257	1 352 478
Mai/10	9 511	7,7	9,6	1 337	1 320	585 325	1 824 913	1 570 957
Jun./10	7 865	7,5	9,5	1 349	1 324	586 363	1 801 932	1 490 528
Jul./10	9 669	7,1	8,9	1 373	1 349	585 557	1 835 915	1 574 764
Ago./10	15 675	7,1	8,7	1 393	1 378	575 378	1 826 812	1 374 519
Set./10	11 139	7,0	8,5	1 391	1 372	539 893	1 736 628	1 438 940
Out./10	18 592	6,8	8,2	1 384	1 362	543 036	1 741 257	1 425 566
Nov./10	21 729	6,2	7,7	1 393	1 355	537 905	1 798 455	1 152 517
Dez./10	-18 194	5,8	7,2	1 386	1 367	556 109	2 027 242	1 275 596
Jan./11	17 232	5,9	7,3	1 405	1 385	-	-	1 122 210
Fev./11	20 380	6,1	7,3	1 388	1 382	-	-	1 166 522
Mar./11	19 472	6,3	7,4	-	-	-	-	1 512 864

FONTE: FEE, IBGE, MICT, PED-RMPA, Secretaria da Fazenda-RS, IEPE, SINDUSCON, Ministério do Trabalho e Emprego.

(1) Refere-se à taxa anual. (2) Base: abr./09 = 100. (3) Inflator utilizado: IPC-IEPE; valores em reais de fev./11. (4) Refere-se à soma do consumo de energia elétrica divulgado pelas três principais operadoras do Estado (RGE, AES-SUL e CEEE). (5) Base: média de 2002 = 100. (6) Base: igual mês do ano anterior = 100. (7) Base: igual período do ano anterior = 100. (8) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganham exclusivamente em espécie ou benefício. (9) Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos.

Desempenho da ocupação em nível setorial, na RMPA, nos anos 2000

Durante os anos 2000, o mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) refletiu a conjuntura favorável da economia brasileira. Dados da Pesquisa Emprego e Desemprego (PED-RMPA) mostram que, no período 2000-10, foram absorvidas cerca de 42 mil pessoas por ano na Região, enquanto, nos anos 90, a média foi de 26 mil. Analisando-se a capacidade de absorção de mão de obra através da variação do número de ocupados por ramo de atividade, pode-se perceber quais foram os segmentos mais e menos dinâmicos. A primeira constatação é que 56,2% dos ramos identificados pela PED apresentaram o desempenho acima da média da RMPA, enquanto 43,8% ficaram abaixo — entre esses, estão cinco segmentos que registraram variação negativa.

Os ramos mais dinâmicos foram a indústria eletroeletrônica e de transportes (com 112,5% de aumento), os serviços pessoais (78,3%), os serviços de comércio, administração de valores imobiliários e imóveis (62,5%), a educação (62,1%), a saúde (56,3%), os serviços de diversões, radiodifusão e teledifusão (50,0%), outros serviços (48,8%), os serviços especializados (48,0%), o segmento de reformas na construção civil (46,5%) e o comércio atacadista (46,2%). Note-se que os segmentos da atividade produtiva que apresentaram ritmo de crescimento mais elevado não constituem, necessariamente, os que apresentaram a maior variação em termos absolutos, como é o caso da educação, da saúde e dos serviços especializados.

Cabe ressaltar-se que alguns segmentos da atividade produtiva da RMPA apresentaram recuo no contingente de ocupados. Entre esses, estão a indústria de calçados (-6,7%), os serviços de utilidade pública (-13,3%), a indústria do vestuário (-20,0%) e os serviços comunitários (-22,6%).

Variação do número de ocupados, por ramos de atividade selecionados, na RMPA — 2000-10

RAMOS	VARIACÃO	
	Absoluta	Relativa (%)
Indústria eletroeletrônica e de transporte	9 000	112,5
Serviços pessoais	18 000	78,3
Serviços de comércio, administração de valores imobiliários e imóveis	5 000	62,5
Educação	41 000	62,1
Saúde	36 000	56,3
Diversões, radiodifusão e teledifusão	9 000	50,0
Outros serviços	20 000	48,8
Serviços especializados	36 000	48,0
Reformas - construção civil	20 000	46,5
Comércio atacadista	12 000	46,2
Calçados	-5 000	-6,7
Utilidade pública	-2 000	-13,3
Vestuário	-3 000	-20,0
Serviços comunitários	-7 000	-22,6
Total	417 000	29,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

Walter Arno Pichler (FEE/CPED)

Preços do arroz e do feijão ao produtor e ao consumidor

Os preços da saca de arroz e de feijão ao produtor no RS, em mar./11 — R\$ 21,43 e R\$ 71,45 respectivamente —, estavam abaixo dos preços mínimos garantidos pelo Governo Federal (R\$ 25,80 e R\$ 80,00). Sendo época de safra, pode ser que os mesmos caiam ainda mais. Visando obter um indicativo dos preços para o horizonte próximo, busca-se analisar a evolução dos preços desses dois grãos ao produtor e no varejo entre março de 2010 e março de 2011.

O feijão apresentou um comportamento bastante volátil, tendo-se elevado em 13,10% ao varejo no período, reflexo de um produto produzido em pequena escala, sujeito a variações climáticas e deficiências de armazenagem. Por outro lado, o preço do arroz teve uma retração de quase 10%. A margem relativa de comercialização — diferença entre o preço no vare-

jo e o ao produtor dividida pelo preço no varejo — indica que, em ambos os casos, os preços apresentaram um comportamento semelhante, ou seja, os preços ao consumidor e ao produtor tiveram variações similares.

A elevação de preços do feijão foi superior ao IPCA de Porto Alegre (5,09%), ao passo que o arroz, em queda, ajudou a conter o aumento dos preços da cesta básica na Capital gaúcha. Ademais, por se tratar de época de safra, recorde no caso do arroz, pelo patamar de taxa de câmbio favorável à importação e pelo padrão sazonal de movimentação dos preços, parece lícito supor-se que, ao menos no curto prazo, esse alimento não apresente grandes elevações ao consumidor. No caso do feijão, apesar das oscilações maiores, essa tendência deve também ocorrer.

Índices de preço do arroz e do feijão ao produtor e no varejo e margem relativa de comercialização no Rio Grande do Sul — abr./10-mar./11

PERÍODOS	ARROZ			FEIJÃO		
	Índice de Preço		Margem Relativa	Índice de Preço		Margem Relativa
	Varejo	Produtor		Varejo	Produtor	
Abr./10	99,48	101,12	99,33	101,98	103,00	99,31
Mai./10	97,92	99,10	99,51	113,10	102,95	106,22
Jun./10	97,40	101,40	98,32	106,35	101,08	103,44
Jul./10	97,40	95,07	100,97	107,14	116,60	93,88
Ago./10	95,31	97,95	98,87	108,33	108,85	99,67
Set./10	92,71	96,51	98,33	111,11	101,73	105,86
Out./10	91,67	93,95	98,98	116,67	120,31	97,83
Nov./10	93,75	92,52	100,54	119,44	120,07	99,64
Dez./10	91,15	91,76	99,73	122,22	117,46	102,71
Jan./11	91,67	85,86	102,58	117,06	123,38	96,26
Fev./11	88,02	77,98	104,65	119,05	114,42	102,70
Mar./11	92,71	78,99	106,03	113,10	123,33	93,72

FONTE: Emater/Ascar. DIEESE.

NOTA: Os índices têm como base março de 2010 = 100.

Vancei Zanin (FEE/CEES)

Expansão da frota de veículos e caos urbano

As vendas de novos veículos automotores no Brasil têm sido marcadas por um impressionante dinamismo nos últimos anos. As bases desse vigoroso e sustentado movimento expansionista da frota podem ser encontradas na recomposição do poder de compra dos assalariados e na abertura do mercado para consumidores de faixas mais baixas de renda. Colabora também, nesse sentido, a franca opção por um modelo de sociedade que tem no automóvel sua escolha modal privilegiada de transporte.

Tal comportamento é replicado no contexto do Rio Grande do Sul, verificando-se também aqui um aumento quase sem limites da frota em circulação e a ocorrência de sucessivos recordes de vendas. Considerando-se os anos mais recentes, verifica-se que o parque total do Estado cresceu 45,2% entre 2004 e 2010, equivalendo a quase um milhão e meio de veículos adicionais circulando nas vias públicas. Um desempenho dessa ordem foi determinante para que a relação pessoas por veículo caísse de 3,2 para 2,3 nesse período. Os automóveis e as caminhonetes, com 70,7% de participação em 2010, formavam o principal contingente motorizado, seguidos pelas motos, cujo peso relativo ascendeu de 15,4% em 2004 para 19,7% em 2010. Tomando-se como indicativo a taxa geométrica anual de crescimento do período, da ordem de 6,41%, pode-se esperar a adição de outras 300.000 unidades em 2011, passando o total para pouco mais de cinco milhões.

Porto Alegre concentrava 14,6% dos veículos registrados no Estado em 2010, tendo o parque crescido 30,2% no período analisado (4,49% a.a.). Isso correspondeu à inclusão de quase 160.000 novas unidades no tráfego já amplamente congestionado da Capital dos gaúchos, fazendo a relação pessoas por veículo diminuir de 2,6 para 2,0.

Um dos principais fatores na origem dos problemas de congestionamento é, precisamente, o aumento incontrolado dos automóveis em circulação, levando a uma enorme pressão sobre o sistema viário e a uma deterioração acentuada das condições de mobilidade urbana. Uma explicação trivial para o fenômeno remete à não disponibilização de suficiente espaço de circulação adicional, à medida que a população motorizada se expande, com base na crença simplória de que deve haver uma capacidade ilimitada de circulação.

Na verdade, a solução desses desafios passa longe da ênfase na realização de grandes obras de engenharia viária, de duvidosa e efêmera eficácia. As melhores alternativas apontam ações direcionadas a influenciar a própria demanda de viagens em automóvel, com restrições ao uso deste último, a exemplo da limitação das vagas de estacionamento, sejam

públicas ou privadas, da cobrança pelo ingresso em determinadas áreas urbanas, senão de seu virtual banimento, ou do desestímulo ou da proibição de tráfego em determinados dias ou horários. Em qualquer hipótese, a introdução de melhorias de grande porte nos sistemas de transporte público e a sua efetiva entronização como escolha modal prioritária devem colocar-se, forçosamente, como a outra face dessa moeda.

Número de veículos em circulação e acréscimo no número de veículos no ano, no Rio Grande do Sul e em Porto Alegre — 2004/11

ANOS	RIO GRANDE DO SUL		PORTO ALEGRE	
	Total	Acréscimo no Ano	Total	Acréscimo no Ano
2004	3 243 893	...	527 131	...
2005	3 429 910	186 017	546 881	19 750
2006	3 616 839	186 929	565 252	18 371
2007	3 855 215	238 376	591 598	26 346
2008	4 138 550	283 335	627 580	35 982
2009	4 417 646	279 096	659 418	31 838
2010	4 709 614	291 968	686 142	26 724
2011(1)	5 011 500	301 886	716 950	30 808

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Detran-RS.
(1) Projeção.

Ricardo Brinco (FEE/CEES)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 29.04.11).

ISSN 1517-7262

A **Carta de Conjuntura FEE** é uma publicação mensal de responsabilidade dos editoriais. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã.

Tiragem: 250 exemplares.



**Fundação de
Economia e
Estatística**

Presidente: Adalmir Antonio Marquetti
Diretor Técnico: André Luis Forti Scherer
Diretor Administrativo: Roberto Pereira da Rocha

Conselho Editorial da Carta: Roberto da Silva Wiltgen (Editor-chefe), Cecilia Rutkoski Hoff, Fernando Maccaí Lara e Renato Antônio Dal Maso.

Núcleo de Dados: Rafael Bernardini Santos (coordenação) e Ana Maria de Oliveira Feijó.

Editoração: Susana Kerschner e Maria Inácia Flôr Reinaldo (revisão), Cirei Pereira da Silveira e Rejane Maria Bondanza Lopes (diagramação).

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser
Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre
CEP 90010-283
E-mail: conjuntura@fee.tche.br
www.fee.rs.gov.br